

A CONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA PEDAGÓGICO NA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO A PARTIR DA ANÁLISE SIMBÓLICA DESSE FENÔMENO NA RECENTE PRODUÇÃO CULTURAL PARA O PÚBLICO INFANTIL

Marcus Vinicius de Azevedo Braga¹

“Eu sei de tudo na ferida viva do meu coração...”

Belchior em “Como nossos pais”

1-Introdução

O presente artigo visa fazer uma breve análise de como o fenômeno da corrupção, em especial aquela praticada pelo agente público, foi representado na produção cultural recente para o público infantil, com ênfase no desenho animado, para a partir desses elementos propor uma conceituação da abordagem desse tema em peças voltadas para esse mesmo público.

Assim como Freud qualificava algumas profissões como impossíveis, tais como o educador e o psicanalista, pois suas práticas colocam em contradição a teoria que as constituíram, podem-se incluir nesse rol aqueles profissionais dedicados ao combate da corrupção, por se tratar de um fenômeno humano imbricado nas relações de poder, de forma que seu combate não pode ser totalmente externalizado da estrutura social. Lembremos o exemplo do clássico de J.R.R. Tolkien, na trilogia “O senhor dos Anéis”, que mostra ao longo dos livros que o anel do poder corrompe a todos os personagens, poderosos ou ingênuos, ilustrando a relação do poder e da corruptibilidade.

A corrupção é uma prática antiga na história da humanidade e não constitui privilégio de nenhuma civilização do globo. A utilização da função pública para obtenção de vantagens indevidas e para fins particulares é risco inerente ao próprio conceito de Estado, onde um grupo delega a uma representação o exercício da sua vontade, possibilitando que na ação do representante este possa agir em benefício próprio, em detrimento dos interesses da coletividade, devido a uma assimetria informacional e de tantos outros fatores.

Assim sendo, esse fenômeno não só se fez presente na história da humanidade como na sua produção cultural, sendo representado nas peças produzidas de diversas formas, imerso na própria vida social das civilizações. Conhecer essa representação é o passo inicial para que se construam paradigmas de prevenção a esse fenômeno, seja em ações educativas, seja na própria produção cultural.

2-A corrupção e a visão do servidor público no Brasil

Como a corrupção é um fenômeno que depende da atuação do ser humano, no caso do agente público, a visão desse mesmo agente contribui para a idéia que se tem da corrupção. Em nosso país, pela sua forte tradição clientelista e patrimonialista, a conduta do agente público tem a sua imagem permeada de práticas de apropriação do cargo para fins privados e contrárias ao interesse público.

Reina no imaginário popular, principalmente na parcela de mais idade, uma visão estereotipada do servidor, “trabalhando” em uma repartição suja e com muitas mesas, várias delas vazias, pouca ventilação, muitas pastas amarradas por barbante e papéis por todo lado (FRANÇA, p.28). Seriado de TV e filmes nacionais desvelam esse paradigma burocrático virtuoso, ícone da ineficiência, com os chamados “barnabés” relapsos, acomodados e ociosos. Essa idéia de ineficiência, que já serviu a inúmeros interesses privatistas, se funde a famosa “Lei de Gerson”, que domina a cultura de certas relações, principalmente quando envolvido o exercício de poder institucional, reforçando a imagem de um servido *bon vivant*, bem remunerado e ocioso, que só se movimenta para obter vantagens a custo de se locupletar em detrimento da coisa pública, cabendo a ele, de forma personificada, todo o ônus da ineficiência da máquina pública. Essas idéias se mesclam a realidades percebidas pelo público no decorrer de décadas de desinteresse na melhoria dos quadros da Administração Pública e pelo açodamento de interesses vendidos em desabonação daqueles que tem como responsabilidade a execução das políticas públicas, gerando uma imagem negativa do servidor e de sua atuação, que apesar da profissionalização recente, ainda demandará tempo para se dissipar por completo.

Essa imagem atávica faz com que, para muitos, pare no ar uma impressão de que o serviço público é uma corrupção generalizada, uma grande anarquia burocrática, onde “nada funciona”, discurso esse que se inflama no atual tempo de transparência da gestão, onde a apuração de falhas antes ocultas induz o imaginário popular que a “praga da corrupção” campeia solta pelo país, em uma fala de pessimismo e desesperança de alguns, mas não inédito na história de nosso país.

Curiosamente, apesar dessa imagem negativa, o fenômeno da corrupção do agente público em si continua sendo um tabu para muitos, que continuam levando as suas vidas como se ela não existisse. A corrupção é uma chaga social que é um reflexo do comportamento humano, que nos envergonha profundamente. É uma mancha no nosso rosto narcisista que nos recusamos a ver no espelho. Como ela não pode ser totalmente erradicada, é melhor encobri-la, ignorá-la, como uma doença fatal sem sintomas que preferimos esconder do vizinho a tomar remédios para minorar seus efeitos (KLITGAARD, p.23). Essa conduta é observada quando somos convidados a nos posicionar como cidadãos, quando temos que nos mobilizar enquanto a reclamação sistemática surge quando somos vítimas da ineficiência da máquina estatal, também nos colocando em uma condição de estranhamento da corrupção. Essa mescla de negação e ausência tem suas raízes sim em um processo cultural que sofreu influências diversas, inclusive das peças voltadas para o público infantil.

3-A produção cultural e a construção da realidade

3.1- A realidade subliminar

A questão da inserção de conteúdo subliminar é envolta em uma aura de secreto, do “*mind control*”, fruto das paranóias persecutórias do período da guerra fria. Entretanto, todo esse exagero não tira do plano da realidade essa questão e suas implicações. Não fazemos referência, obviamente, ao conceito clássico de subliminar, de cartazes com imagens ocultas ou imagens inseridas nas

reproduções de filmes. Trata-se de uma visão ampla, de valores e conteúdos inseridos em símbolos nos personagens, nos roteiros e nas formas e que interferem na mediação dos expectadores com a realidade e na sua percepção de mundo, na constatação que não existe produção neutra e sem uma carga de ideologia, que se manifesta simbolicamente nos seus elementos.

Esse aspecto subliminar existe desde o momento que primeiro homem narrou a sua primeira caçada, com as suas impressões pessoais, reverberando seus efeitos para os famosos contos de fadas e para os contos épicos, recheados de valores e mensagens, desaguando na era da comunicação em valores representativos de nações e grupos de interesse, muitos deles econômicos, inseridos nas peças que são exibidas diariamente aos nossos olhos. Seja pela identificação com o personagem, seja pelo ângulo de uma foto ou pela moral na conclusão de uma história, o autor se dirige a um expectador, com interesses de despertar sentimentos diversos e de abalar ou reforçar seus valores com conteúdos que não necessariamente formam o núcleo da história ou são percebidos claramente. Os conteúdos são vinculados a objetos culturais, que atendem a necessidades e projeções da cultura dominante.

Para o universo infantil, vários conceitos são trabalhados pelas peças produzidas, na construção de conceitos mediados pela realidade apreendida nessas, onde diálogos de animais falantes e reinos mágicos reforçam ou demolem idéias sobre a organização estatal, a sua relação com o cidadão e sobre o papel do agente público. As histórias infantis, radicadas nos contos de fadas do obscuro mundo medieval, trabalham com um universo polarizado na mente da criança, onde esta “não se identifica com o bom herói por causa da sua bondade e sim por que a condição de herói lhe traz um profundo apelo positivo” (BETTELHEIM, p.18), erigindo para esta ícones, ídolos de comportamento que influenciam no seu processo de formação de valores.

3.2- A realidade como uma construção social

Da mesma forma que a produção cultural faz apologia a valores inseridos pelos produtores, ela carrega também elementos daquele grupo social a quem se dirige, insculpidos pelo longo processo cultural, refletida em artefatos apresentados nas histórias de determinadas culturas ou segmentos sociais, como os desenhos nipônicos que revelam monstros vindos do espaço que destroem cidades, reforçando o trauma coletivo de duas bombas atômicas.

Quando se inicia um programa na televisão, uma peça de teatro, uma contação de histórias, os expectadores são transportados a outra realidade, com seu próprio significado, em uma ordem que pode não ter relação com a vida cotidiana (BERGER & LUCKMANN, p.43). Essa nova realidade criada se integra a totalidade das realidades da vida cotidiana do indivíduo, **em um todo dotado de sentido**. Isso explica por que atores que fazem papel de vilão em telenovelas são agredidos freqüentemente na rua e o famoso *case* da transmissão de rádio de “Guerra dos mundos”, onde a ficção se mistura a realidade.

Essa influência da realidade da produção cultural e da realidade do indivíduo constrói uma nova realidade e conseqüentemente novas visões e conceitos, principalmente do fenômeno da corrupção. No caso das crianças, a TV substitui

a babá contadora de histórias e alimenta o seu mundo imaginário de elementos que vão ter influência ao longo de toda a sua vida. Essa forma de produção, mesmo no mundo globalizado, traz sempre o ponto de vista de um grupo (WOLTON, p.69), onde podemos exemplificar o desinteresse habitual dos nossos patrícios pelas questões da vida pública reforçado por uma imagem de que o Estado é tão corrupto, que o melhor é a negação. Os heróis eleitos são os que combatem o crime contra a propriedade privada e contra a vida, fazendo do Estado um ente apartado das discussões e do universo que sustenta as histórias, seja pelas suas ações, seja pelas suas corrupções.

3.3- A vontade na produção cultural

O mundo nas três últimas décadas do século passado viveu dias confusos. De um mundo polarizado na chamada “Guerra fria”, onde as forças dominantes reforçavam regimes totalitários em todo o globo, seguiu-se para uma abertura voltada para a dita globalização, acompanhada de uma revolução tecnológica e de um vertiginoso aumento da população e do consumo, onde a liberdade foi alçada ao cume do valor principal, deixando a igualdade e a fraternidade para trás.

Toda essa conjuntura geopolítica e social influenciou a produção cultural voltada ao público infantil, principalmente no reforço da visão maniqueísta de mundo, retratando sempre o aparelho estatal de forma idílica, imaculada, resquício de uma época em que reis absolutistas eram divindades e dos grandes ditadores. Em especial, a monarquia é sempre valor presente nas representações estatais do período da “Guerra fria”.

A queda desse paradigma, com a prevalência do modelo pós-modernista, onde tudo é passageiro, diminuiu o fosso entre os súditos e o rei, fazendo a visão de Estado se macular, pela força da liberdade de expressão do indivíduo, que destruiu os ídolos de “pé de barro”, mostrando um Estado digno de nossa total desconfiança. O mundo supostamente imutável ruiu e com ele o nosso refúgio, a Pasárgada individual, o que descortinou uma realidade instável, onde a verdade nua e crua dilacerava os mitos e heróis. Não por outro motivo vamos falar de convenções relevantes de corrupção apenas na década de 90, pois a insegurança da atuação do Estado, antes Todo-Poderoso, demandava o controle. Desse modo, a produção cultural, antes influenciada por forças totalizantes, se diversificou, em um contexto plural de discursos, incluindo aqueles que não recebiam a ação estatal pelas mazelas da corrupção, fazendo desse fenômeno antes oculto, palco dos telejornais e também dos desenhos animados.

4-A busca de um herói anticorrupção.

4.1- A produção cultural recente

Analisando a produção cultural para o público infantil dos idos dos anos 70 do século passado até a atualidade, verificam-se as mutações na visão da ação estatal e da corrupção do agente público, nos elementos simbólicos descortinados em cada peça.

A produção na década de 70 se caracteriza pelo aspecto maniqueísta, pela necessidade de se combater um mal personalizado. A exceção da figura do policial, nota-se uma ausência do aparelho estatal nas histórias, na sua maioria de origem estadunidense, e caso apareça algum agente público, ele se faz envolto em uma aura de perfeição, o “bom-mocismo”. O grande crime é o crime contra a propriedade privada e contra a integridade do indivíduo. Os desenhos animados dessa época exaltam heróis, derivados dos clássicos heróis gregos e suas façanhas. Quando aparecem núcleos familiares, como os “Flinstones”, a representação da ação estatal é diminuta, sendo na máxima vinculada a atividades laborais.

O desenho do “Scooby-Doo”, até hoje de grande audiência, de forma inovadora mostra em suas tramas representativas órgãos que pelos seus interesses, burlam regras e buscam assustar aqueles que querem saber a verdade, revelando um tipo de vilão que faz uso da sua função em benefício próprio.

Esse período de grande polarização na geopolítica mundial reforçou esse maniqueísmo, mostrando a necessidade de nos posicionarmos no mundo, onde a propriedade privada é o valor máximo e absoluto, deixando ao Estado o papel policialesco de manter a Lei e a Ordem. Não existe espaço para se pensar um agente público se valendo de sua função em um Estado ausente, não-citado ou quando muito, deificado. Mostrar a corrupção seria subverter a ordem, o que era impensável para aqueles poderes vigentes.

A década de 80 gerou uma enxurrada de novos desenhos animados, além daqueles da década de 60 e 70 requentados, fruto da popularização da TV no Brasil. O ideal do combate ao mal personificado continua e continuará em evidência, além da inserção de elementos mágicos e metafísicos, a presença de elementos monárquicos na forma perfeita e imaculada de se exercer o governo. Como exemplo, temos o famoso desenho “He-Man”, e o reino de Eternia.

No âmbito da corrupção, o “Inspetor bugiganga” e Robocop, similares em seus roteiros, começam a mostrar no aparelho policial elementos motivados por interesses diversos do interesse público. Apesar de ser um desenho pensado para adultos, “Os Simpsons” inauguram uma época de crítica aos costumes e a ação estatal, de forma concreta e cotidiana, trazendo questões inéditas nas produções infantis, que se limitavam à ecologia do “não pise na grama”.

A década de 80 já demonstra a queda do paradigma maniqueísta, havendo espaço para a inclusão do aparelho estatal com maior frequência e em alguns casos com as suas falhas. Entretanto, não se registram exemplos da participação de grupos na condução da vida pública ou como instrumentos de pressão e de controle do Estado.

A década de 90 traz um novo enfoque do desenho animado, além do rompimento da hegemonia do mercado estadunidense. O “Politicamente correto” assume grande valor e a crítica social começa a ocupar o seu espaço. Exemplos de usurpação de poder por funcionários corruptos (Alladim-Disney), um novo “Simpsons” (Futurama) e um prefeito desidioso (Meninas superpoderosas), são muitas de uma série de produções que têm o sarcasmo e a

crítica como ingrediente principal, trazendo aquela geração o gosto antes proibido da contestação da realidade.

O sucesso infantil em livro e no cinema, “Harry Potter”, caracteriza bem essas mudanças. Disputas de poder e o jogo de interesses da classe dominante da sociedade dos bruxos e seus reflexos na escola de Hogwarts levam ao público infantil as lutas intestinas de poder, apresentando vários funcionários da escola que deixam de cumprir seus deveres, traindo a instituição em nome de interesses pessoais ou de outros grupos. A série mostra um Ministro da magia politiqueiro, contrário muitas vezes ao interesse público e um ambiente de desconfiança pela ação desse Ministro e de seus prepostos.

A grande novidade é um desenho de sucesso chamado “Hey Arnold”, que trata de um grupo de crianças (Como “Peanuts”, “A turma da Mônica” e tantas outras) e suas questões cotidianas. Entretanto, o interesse pelas questões da vida pública é incentivada nos roteiros, tendo como ponto alto o longa metragem do desenho, em que Arnold precisa impedir que seu bairro seja demolido para a construção de um shopping center, mobilizando toda a cidade, demonstrando uma prática democrática em questões da vida cotidiana. Cabe registrar que, de alguma forma, a produção nacional “Turma da Mônica” apresenta temas similares em suas revistas, principalmente na década de 90 .

A década de 90 inaugura uma nova fase de desenhos animados, mais voltados a crítica social. Reflexo de um mundo que saia da polarização e que agora inicia os movimentos de convenções e tratados para o combate a corrupção. Era um período de mudança de paradigma, de explosão da comunicação, da consolidação da abertura, da queda do muro de Berlim, etc. Entretanto, como era típico dessa época também, os problemas eram trazidos a tona pelos desenhos, mas sem grandes movimentos de indicação das soluções. Inicia o denunciismo, a acusação das autoridades, a reclamação sistemática do governo, como se isso não envolvesse o povo.

Na produção para o público infantil, vilões se convertem em heróis e vice-versa, como reflexo dessa falta de confiança nos poderes estatuídos. As histórias se desenvolvem em uma constante instabilidade, em grandes sagas, gerando uma luta eterna que não se conclui em cada episódio, com grandes conflitos psicológicos, onde os heróis apresentam suas fraquezas humanas. Termina o super-homem que não se despenteia para combater os inimigos, dando força ao Peter Parker que enfrentava o aluguel.

A época atual já mostra um amadurecimento e predominância da temática crítica, ressaltando os sucessos “A turma do bairro”, “Os padrinhos mágicos”, “Avatar” “Shrek”, que trazem para o universo infantil (e adulto), agora difícil de se dissociarem, uma outra visão do aparelho estatal e do jogo democrático, com as suas lutas e nuances. As crianças passam a se interessar cada vez mais e mais cedo pelas questões de adultos , fruto do liberalismo nas relações e no crescente acesso a informação pelas gerações mais novas. A questão da corrupção do “governo” torna-se assunto corriqueiro, moderno, ainda que a onda de individualismo e o enfraquecimento dos movimentos sociais tenha diluído as idéias de participação social como solução para esse problema tão vergonhoso.

Apesar de uma visão crítica da realidade ter se instalado na produção cultural, sem excluir, no entanto, a inserção de conteúdos em seus roteiros, a mostra de mazelas não apresenta grandes proposições de mudança, gerando o vácuo de um herói que combata também o mal que existe dentro dele.

4.2- Um herói anti-corrupção?

Quando pensamos em heróis, lembramos de seres inatacáveis em seus uniformes, como figuras das épicas passagens gregas, a vencer missões de dificuldade sobre-humana. Esse herói não encontra espaço no mundo plural, onde todos são dignos de nossa desconfiança, inclusive os heróis. *“The dream is over !”* Esse mundo corrupto e repleto de jogos de interesses, que relativiza o certo e o errado, o bom e o mal, relega aos heróis um espaço transitório, para serem desmascarados logo a frente com suas mazelas. O herói mostrou que ele é humano e pertence a todo esse mundo que ele busca combater e que o vilão nem sempre é tão mau assim e que ele pode, no futuro, se converter em um grande aliado. Afinal, ele só tem interesses. Essa instabilidade pós-moderna também afeta a imagem do Estado e de seus agentes, antes heróis-policiais, heróis-xerifes e heróis-prefeitos. Agora eles são aqueles que usam do poder e da opressão sobre os administrados em conspirações megalomânicas. Temos vítimas, mas não temos heróis.

Essa visão precisa encontrar uma solução coletiva, um objetivo social que conduza ao progresso das relações sociais em busca do bem comum. Faz-se necessário a superação do niilismo estampado nessa instabilidade para uma crença social que conduza as comunidades a uma vida melhor. Mas não adianta ressuscitar o “santo de pés de barro”, pois este já nos decepcionou. É preciso não de um herói e sim de heroísmo das pessoas. A produção cultural precisa mostrar para esse público infantil o heroísmo da participação, a força do grupo na busca de uma vida melhor para todos, como valor de uma comunidade. O momento atual, onde a democracia assume papel de destaque no mundo, condenando a estranheza e ao ostracismo as formas autoritárias, o suspeito “Salvador da pátria” e o apregoado “caos generalizado” devem dar lugar a um paradigma do herói dentro de cada um, que deve contribuir com seu quinhão para a comunidade, incluindo-se aí a labuta do combate a corrupção. Caídos os véus, em uma época de realidade descarnada, pelo bem da sociedade e pela sua própria sobrevivência, deve emergir o herói dentro de cada indivíduo.

5- Cada um como arquiteto do destino de todos

5.1- O desafio da participação

Na década de 70 a ecologia era um valor oculto, refletindo a sua ausência na produção cultural para o público infantil. Alguém conhece algum conto de fadas ecológico? (Tinha até lenhador...) Hoje, a ecologia é o tema da moda e várias peças para esse mesmo público valorizam essa temática, mostrando uma geração que não tolera agressões a natureza e pássaros em gaiola, como era hábito anteriormente. Da mesma forma, a participação social no combate a corrupção

terá um dia o seu lugar ao sol, onde espera-se que não precise de um “aquecimento global” para despertar as pessoas.

A participação na vida social é um processo, na qual o homem se descobre enquanto sujeito político, capaz de estabelecer uma relação direta com os desafios sociais (SOUZA, p. 170) . É um requisito de realização do próprio ser humano. O nosso histórico de controle social vem de cidadãos decepcionados com o Estado após 1968, representando o combate ao Estado pela sociedade. Após o período ditatorial no Brasil, com a democratização do país, seguiu-se para um modelo de controle do estado, de fiscalização, fruto da crescente descentralização das políticas públicas, constituindo esse controle garantia mínima de eficiência estatal.

O controle social e seus heróis anônimos são um elemento relativamente novo no país, cheios de idas e vindas de autoritarismo e populismos. Esse controle social traz o desafio de estimular a participação da população, de despertar o interesse do cidadão pelas coisas públicas. Observar não é agir, se não não haveria diferença entre jornalistas e homens políticos (WOLTON, p.78). É preciso indicar os caminhos da participação, fornecer paradigmas, espelhos...

O cidadão sempre viveu no cotidiano os prejuízos advindos da corrupção. Ele sabe da doença e de suas causas, mas sabe pouco dos remédios. Na ferida viva do seu coração ele sabe que a falta de serviços básicos tem como uma de suas causas a gestão corrupta, mas para manter o mínimo, alguns ainda pendem para apoiar o padrão “rouba mas faz”, face ao descrédito da estrutura estatal. Paradoxalmente, é preciso fortalecer, por elementos inspiradores, mas críticos, a participação. É o desafio dialético de fornecer modelos sem alienar. Mais uma profissão impossível de Freud.

5.2- A perspectiva emancipatória.

Quando falamos de um novo paradigma nesse oceano pós-moderno, não se trata de uma doutrinação ideologizante e sim de uma atuação em uma perspectiva emancipatória, onde educar é um ato político, incluindo também a participação na vida comum. A prevenção da corrupção, mais do que colocar medo no coração dos corruptos, deve mostrar, desde a tenra idade, a responsabilidade individual no âmbito coletivo de cada um. “Fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e objetos, homens e mulheres, virando seres na inserção do mundo e não da pura adaptação ao mundo, terminarm por ter no sonho também o motor da história. Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança (FREIRE, p.91)”.

A ação emancipatória na prevenção a corrupção deve alimentar o sonho, a visão de uma sociedade melhor e mais democrática, com a participação de todos. Não o sonho de ser um herói, como veiculado por tanto tempo e sim um modelo teórico que apresente a cada cidadão, desde cedo, a importância da sua participação. Precisamos de histórias que tenham personagens principais e não um super-protagonista.

Essa mobilização deve partir da realidade das pessoas, associando as suas mazelas a necessidade de participação, a sua ação controlando o Estado, não

esperando apenas que o poder A ou B faça esse papel e sim se organizando, em grupo, para denunciar as irregularidades no trato com a coisa pública a acompanhar a gestão dos recursos. Idéias modernas, sintonizadas com as idéias de Mauro Cappelletti e a sua terceira onda renovatória do Direito, que dá ao *Check and balances* uma nova roupagem, fazendo do controle uma responsabilidade de cada poder e de seus usuários.

Esse paradigma do “herói dos dias úteis”, permite que mesmo vendo o aparelho estatal como falível, sujeito a ação humana, este não fique imerso em um mar de lama e que é viável, da melhor maneira possível, fazê-lo funcionar e trazer uma vida melhor para a comunidade, a sua finalidade precípua. Mas, para isso, sonhar é fundamental, pensar para além do bem e do mal, vendo que somos responsáveis por construir essa sociedade melhor.

5.3- A educação para o Erário

Após verificarmos a produção cultural como veículo de valores e como reflexo de culturas, em uma análise da produção voltada para o público infantil, chegamos ao ponto que existem valores a serem trabalhados na prevenção da corrupção e que a produção cultural pode ser um veículo da discussão dessa temática. Essa questão, obviamente, não pode passar ao largo dos bancos escolares, dos currículos, dos livros didáticos, o que em si demandaria outro artigo sobre o assunto. Mas, no caso em tela se vislumbra o fomento a produção de livros e desenhos animados infantis, a criação de sites infantis, de histórias em quadrinhos, a promoção de debates e capacitações de profissionais da área da produção voltada ao público infantil (desenhistas, roteiristas, escritores), todos em ações voltadas para a temática da prevenção da corrupção e do controle social, trazendo esse tema em maior profundidade para o universo infantil, questionando valores e conceitos. O paradigma da crítica pura deve ceder lugar a transformação da realidade, rompendo o reprodutivismo na produção cultural.

Mas, como discutido a mancheias nesse artigo, a produção cultural não deve ser alienante, impositiva. O importante é despertar naqueles que criam para as crianças que o tema da participação social e da prevenção a corrupção também é do interesse delas . Faz-se mister que esses tenham acesso as novidades e discussões sobre a temática. Destarte, esse raciocínio se expande dos bancos escolares, em uma perspectiva freireana de emancipação, buscando utilizar os elementos da realidade do educando para lhe ensinar a importância de participar da vida política de seu país não apenas no momento da eleição. Essas ações permitirão o protagonismo na participação que foi tão açoitado pelo regime ditatorial em nosso país. O momento é fértil, com a ebulição das comunicações, a descentralização das políticas públicas, a formação de redes sociais e a consolidação da democracia no país. Esse assunto tem que entrar na agenda de nossas crianças, pela via da escola e pela via da Televisão e do livro. Essa criança será o jovem engajado, participativo das questões da gestão de sua localidade, contrapondo-se ao jovem individualista-consumista da era tecnológica, pois a mesma tecnologia que une também individualiza o ser humano.

6- Considerações finais

O assunto é vasto e muito ainda se tem a discutir sobre os paradigmas pedagógicos de uma ação para prevenção da corrupção junto ao público infantil. Entretanto, certo é que as crianças de hoje tem acesso a muita informação e continuam sendo bombardeadas de idéias inseridas nas múltiplas produções que elas assistem. A democracia, como valor, suplantou em nossa história outras formas de governo e a prática democrática demanda aprendizado e reflexão e sem que esse tema passe pelas produções para as crianças, o Rei que domina o país pela sua hereditariedade e governa segundo a sua vontade continuará por aí, encantando o mundo infantil.

7- Referências Bibliográficas

FRANÇA, Bárbara Heliodora. O barnabé: consciência política do pequeno funcionário público. São Paulo: Cortez, 1993-(Coleção questões da nossa época;V.17)

KLITGAARD, Robert E. A corrupção sob controle. Tradução, Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. Tradução de Arlete Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1985.

WOLTON, Dominique. Pensar a comunicação. Tradução de Zélia Leal Adgrhini. Brasília: editora UnB, 2004.

SOUZA, Rodriane de Oliveira in Política Social, família e juventude: uma questão de direitos. Mione Apolinário Sales, Maurílio Castro de Matos, Maria Cristina Leal (Org.)-3º Ed. São paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

1-Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU-PR), Bacharel em Ciências Navais com Habilitação em Administração pela Escola Naval, Bacharel em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestrando em Educação da Universidade de Brasília (UnB) na Linha de Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6009407664228031>